

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

No dia 16 de outubro de 2024, às 14h40min, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Adailton José da Silva; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Lucas Fernando Barbosa Correia.** Conselheiros (as) Suplentes: **Elimar Pereira da Silva; Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida; Salatiel Magno Siqueira Alves; Pablo Vinícius Dantas Alves; Marcelo Renan Oliveira de Souza; Laura Maria de Melo Sarmento; Francisco de Assis do Nascimento.** **INFORMES.** 1.1 – Pendências; 1.2 – Convite PNC (Feliciano MinC); 1.3 – LPG. **PAUTAS:** 01 – PNAB; 02 – GT Regimento Interno; 03 – Aprovação do mandato da Sociedade Civil. **Rafael Farias** iniciou a reunião ordinária do CEPC no dia 16 de outubro, uma quarta-feira, agradecendo a presença das secretárias executivas, Yasmim Neves, ex-presidente do Conselho, e Ana Paula Jardim, além de Irene Veiga e Ana Carolina, que representando o Mapa Cultural, e os demais conselheiros e participantes, incluindo membros da sociedade civil. Ele destacou a importância da presença deles para acompanhar e fiscalizar as atividades do Conselho. Rafael expressou o desejo de que a reunião fosse produtiva, propondo ser ágil em algumas questões para focar na pauta principal, relacionada à PNAB, considerada a de maior interesse para o setor cultural. Entre as pendências listadas, mencionou as reuniões descentralizadas, eleições das Comissões Setoriais e a confecção dos crachás, problemas que vinham desde a gestão anterior. Ele pediu uma devolutiva por parte dos representantes do governo sobre essas questões, ressaltando que, sem essas respostas, o avanço nas pautas estava comprometido. **Yasmim Neves** explicou que o contrato com a empresa de serviços gráficos para a confecção dos crachás havia sido finalizado, após a primeira empresa vencedora do processo licitatório ter sido desclassificada por problemas documentais. A nova empresa, no entanto, não realizava o design, então foi necessário diagramar quase 400 crachás. O design seria finalizado até o fim da semana e, após o envio à empresa, os crachás estariam prontos em cerca de 10 dias. Sobre as reuniões descentralizadas, ela mencionou que o processo foi enviado à Procuradoria Geral do Estado (PGE), que inicialmente não foi favorável, pois a contratação de serviços de hospedagem e alimentação para conselheiros não servidores públicos era legalmente restrita. Mesmo para servidores públicos, essas contratações são reguladas por diárias. O parecer pediu a reorganização da lei que institui o Conselho Estadual, e Yasmim se comprometeu a reenviar esse parecer para que fosse compartilhado. Em relação às eleições setoriais, ela informou que faltava apenas a reorganização da comissão e a atualização do cronograma, pois o formulário de inscrição já estava pronto e validado por ela, Marcelo de Ogum e Bárbara, que anteriormente presidiam a

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

comissão. Após a reorganização, seria necessário republicar o cronograma e o calendário para dar continuidade ao processo. A disposição de Yasmim em avançar com clareza e organização, como demonstrado ao propor soluções práticas para os crachás e o andamento das eleições, reflete o papel que ela busca fortalecer nas discussões do setor cultural. **Rafael Farias** ressaltou a necessidade de avançar rapidamente em questões importantes, como as eleições setoriais, que estavam travadas há quase um ano, e mencionou que o conselho havia passado meses sem atividade, o que prejudicou o processo. Ele pediu para que fosse compartilhado o material da PGE, considerando crucial a reformulação do regimento do Conselho, que estava defasado, para que pudessem compreender melhor as ações em andamento. Rafael destacou a importância de discutir a antiga demanda do Conselho sobre os Grupos de Trabalho (GTs) e sugeriu que uma minuta fosse elaborada para iniciar o processo de reformulação. Ele agradeceu as devolutivas de Yasmim Neves e perguntou aos conselheiros se alguém gostaria de falar sobre o assunto. Comentou que, embora a pauta estivesse focada em informes, qualquer um poderia se manifestar a qualquer momento. Em seguida, convidou Feliciano Félix, ex-conselheiro e representante do MinC em Pernambuco, para fazer um informe e um convite, destacando a importância de sua presença. **Feliciano Félix**, coordenador substituto do escritório do Ministério da Cultura em Pernambuco, informou que estava envolvido na elaboração das metas para o Plano Nacional de Cultura para os próximos 10 anos. Ele destacou a importância de dialogar com o ministério e convidou os conselheiros e conselheiras a participarem de uma oficina voltada para essa elaboração. Feliciano apresentou o balanço das metas do plano anterior, de 2010 a 2024, observando que algumas metas haviam sido ultrapassadas, enquanto outras nem chegaram a ser implementadas. Ele enfatizou que o momento era oportuno para criar um documento robusto e que era essencial que todos os segmentos culturais fossem contemplados. Ele agradeceu a parceria com o governo estadual, especialmente com a Secretaria de Cultura de Pernambuco, mencionando a importância dos delegados que participaram da conferência nacional, pois as metas foram construídas com base nas resoluções discutidas. Feliciano também expressou entusiasmo com o número de inscrições na oficina, que já havia ultrapassado 160 participantes, destacando a receptividade. Por fim, ele informou sobre a abertura do evento, que aconteceria no Centro de Artesanato no Recife, e explicou que o trabalho principal seria realizado no sábado, na UPE, onde o plano seria finalizado ao longo do dia. **Rafael Farias** mencionou que o próximo informe tratava da LPG, ressaltando a importância da presença de Ana Paula Jardim e Yasmim Neves para a devolutiva. Ele informou que houve um questionamento anterior de Wllyssys sobre saldos remanescentes da LPG, que giravam em torno de três milhões, além de perguntas sobre a convocação de suplentes, se já havia sido concluída. Ele buscava esclarecimentos sobre esses pontos e abriu a palavra para os demais conselheiros se manifestarem. **Yasmim Neves** explicou que o valor mencionado por Wllyssys provavelmente se referia à operacionalização, com 5% destinado à atualização de despesas. Informou que

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

os pagamentos para outras linguagens já foram feitos, e o último pagamento foi realizado na segunda-feira. A equipe estava revisando os pagamentos e chamando proponentes. O valor remanescente seria destinado à publicação dos contemplados no Diário Oficial da União, processo que envolve custos, e aguardavam o orçamento para entender o valor necessário. Todos os suplentes convocados foram contemplados, e, após a conclusão do relatório, ele seria disponibilizado, com informações anonimizadas, como valores e regiões dos projetos. Ela esclareceu que o relatório de execução do objeto estava pronto e seria disponibilizado em breve, e que o processo seria centralizado em uma única plataforma para evitar problemas como os ocorridos na LAB 2. A gerência de prestação de contas acompanhava todo o processo para evitar retrabalho. O relatório final incluiria detalhes de quanto foi recebido, rendimentos gerados, execução financeira e qualquer valor devolvido, além de ser publicado no Diário Estadual e no Diário da União. **Cleonice Maria** questionou se o Estado não poderia arcar com as publicações, já que o recurso da LPG vinha 100% do governo federal. Ela sugeriu que, com o Estado contribuindo para as publicações, o recurso remanescente poderia ser utilizado para convocar outros projetos suplentes que ainda não foram chamados. **Yasmim Neves** explicou que foram utilizados dois contratos para publicações: um com a CEPE para publicações internas do Estado e outro exclusivo para a LPG, que já havia expirado, sendo necessário um novo contrato. Ressaltou que o recurso do Estado também foi utilizado para isso. Ela mencionou que, ao encaminhar o plano de aplicação de recursos, tanto da LPG quanto da PNAB, já estava previsto que uma parte do valor viria da operacionalização, correspondente a 5%, incluindo gastos com pareceristas, publicações e material gráfico. **Wilyssys Wolfgang** saudou a todos e destacou a eficiência do contato com Yasmim Neves, comentando como a interação com ela era mais fluida. Ele mencionou que os contratos foram estabelecidos por 12 meses, embora o edital de audiovisual permitisse a execução de algumas produções em até 6 meses. Ressaltou a necessidade de um aditivo contratual ou uma nota da Secult para corrigir essa discrepância, especialmente para produções maiores, como longas-metragens e séries, que poderiam durar até 36 meses. Ele também lembrou que a categoria de audiovisual não foi contemplada no Sertão em nenhuma chamada da LPG e sugeriu que, caso haja sobra de recursos, isso fosse levado em consideração. Por fim, pediu esclarecimentos sobre os custos das publicações, afirmando que gostaria de entender melhor como funcionava o processo de pagamento, uma vez que já havia percebido valores altos alocados para esse fim em seleções anteriores. **Yasmim Neves** esclareceu que já haviam verificado a questão da vigência dos editais. Para os editais de audiovisual, que previam 6 meses de execução, e para aqueles que incluíam 36 meses, um termo de retificação estava sendo preparado. A listagem já havia sido encaminhada ao setor jurídico, que elaboraria os termos e enviaria por e-mail aos proponentes afetados. Ela explicou que os contratos de 12 meses poderiam ser prorrogados por mais 12 meses, mediante solicitação e justificativa do proponente, a qual seria avaliada para deferimento ou indeferimento. Sobre as publicações, Yasmim explicou que o Estado de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

Pernambuco utiliza a CEPE para publicar no Diário Oficial, e todas as secretarias têm contratos para isso. O processo envolve a solicitação da publicação, que ocorre entre terça e sábado, com o envio de uma nota para pagamento posterior. **Rafael Farias** perguntou se seria possível o Conselho ter acesso aos valores relacionados às publicações, ressaltando que fazia a pergunta de forma leiga. Ele expressou interesse em fazer um comparativo entre o valor disponível e o valor utilizado para esse fim, a fim de saber quanto restaria ao final do processo. **Yasmim Neves** informou que será feito um quadro final de resumo, incluindo o valor recebido, o rendimento, e o valor gasto em serviços gráficos para a LPG, que chegou a quase R\$ 1.500.000,00. Ela garantiu que esse resumo seria elaborado e encaminhado, e que também seria registrado na plataforma do Ministério da Cultura, mostrando o saldo final da conta zerada, conforme o processo de encerramento entre a Secult e o Ministério. Esse relatório seria apresentado ao Conselho. **Rafael Farias** informou sobre dois convites recebidos pelo Conselho. O primeiro era relacionado ao PNC, organizado pelo Ministério da Cultura, e incluía uma exposição a partir do dia 19. O segundo convite, era para uma reunião de mobilização estadual sobre o Registro dos Cocos do Nordeste, um encontro presencial em Pernambuco. Ele afirmou que compartilharia os convites no grupo, garantindo o acesso às inscrições. Em seguida, passou a palavra para Marcelo de Ogum. **Marcelo de Ogum** expressou sua insatisfação com a situação cultural em Garanhuns, onde a prefeitura se recusou a aceitar patrocínio do governo estadual para um evento, alegando que cuidaria do financiamento. Ele ressaltou que a prefeitura não havia pago ainda a cultura popular e mencionou problemas enfrentados pelos fazedores de cultura. Marcelo pediu ao Conselho que enviasse um ofício à secretária para esclarecer a falta de repasse de recursos. Ele também abordou questões de desgastes internos no Conselho, criticando a gestão anterior e defendendo que o ex-presidente, Wagner, deveria ser afastado, já que não poderia participar das atividades do Conselho enquanto enfrentasse problemas jurídicos. Marcelo pediu oficialmente a cassação de Wagner por quebra de decoro, alegando que ele agrediu membros do Conselho e não pediu desculpas. Ele solicitou que todas as reuniões e áudios relacionados fossem disponibilizados para análise, ressaltando a importância de transparência e responsabilidade no processo. No final, ele pediu que a formalização de suas preocupações fosse levada à comissão de Ética do Conselho para que as devidas ações fossem tomadas. **Rafael Farias** agradeceu a Marcelo e fez uma observação sobre o documento que Wagner havia recebido, enfatizando que se tratava de uma decisão do Conselho. Ele explicou que Wagner poderia interpretar e usar o documento conforme desejasse, mas destacou que, o que constava no documento era apenas a decisão do colegiado. Rafael afirmou que, como presidente, não poderia retornar ao voto, apenas expressar sua opinião, assim como qualquer conselheiro, que tinha o direito de voz, mas não de voto de Minerva. **Cleonice Maria** solicitou a palavra para abordar a questão do Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), pedindo que o assunto fosse melhor organizado no encaminhamento, uma vez que já havia ocorrido a atualização sobre o recurso. Ela mencionou que a equipe

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

também havia realizado trabalhos no festival, mas nem sempre havia recebido o repasse, sendo frequentemente informada de que isso ocorria devido à falta de repasse do Estado. Cleonice desejou que essa questão fosse comunicada de forma mais clara para evitar essa justificativa. Em relação a outro assunto levantado em reuniões anteriores, ela expressou lamento pela discussão desgastante e ressaltou que havia uma percepção de perseguição ao colega Wagner, considerando essa situação complicada. Cleonice pediu que futuras discussões sobre o tema fossem realizadas de forma mais tranquila e não em reuniões direcionadas, enfatizando a importância de avançar nas políticas culturais. **Rafael Farias** informou que havia compartilhado um print disponibilizado por Ana Paula Jardim, contendo informações públicas sobre o repasse de 3 milhões de reais da Secretaria de Cultura do Recife para o município de Garanhuns. Ele mencionou que, caso algum conselheiro quisesse fazer uma proposta a respeito, poderia fazê-lo, mas pediu que essa discussão fosse deixada para o final da reunião, a fim de que pudessem avançar em outros assuntos. Rafael confirmou que o repasse de 3 milhões de reais da prefeitura estava aprovado. **Alexandre Melo** desejou boa tarde a todos e ao presidente, expressando a necessidade de um controle mais firme por parte do presidente em relação ao tempo da reunião, não apenas no que diz respeito ao tempo de fala, mas também em relação à condução da reunião como um todo. Ele observou que, mais uma vez, estavam se aproximando da metade do tempo sem sequer ter começado a primeira pauta. Alexandre reforçou que essa era uma preocupação que ele sentia e agradeceu ao presidente pela atenção. **Rafael Farias** expressou que sua exaltação estava relacionada à dificuldade de otimizar o tempo durante a reunião, especialmente considerando que havia sido eleito por seus pares para estar ali. Ele tentou gerenciar o tempo, mas não queria interromper ninguém, a não ser quando percebia que as discussões estavam se tornando repetitivas e não estavam avançando em relação ao que era importante para a cultura de Pernambuco. Ele agradeceu pela compreensão. **Nivaldo Jorge** informou ao Conselho que, na semana anterior, o presidente do Sistema Nacional de Cultura, Júnior Afro, entrou em contato com ele e com Amanda para oficializar o convite para a oficina. Ele também mencionou que estava trabalhando com Júnior e que ele havia confirmado o contato com os três conselhos. Além disso, Nivaldo observou que Feliciano havia saído, mas isso não era o foco principal de sua informação. Ele agradeceu pela atenção. **Rafael Farias** expressou gratidão pelo trabalho realizado no Ministério da Cultura e destacou a importância da participação de artistas pernambucanos na Conferência Nacional de Cultura. Ele enfatizou que era hora de cumprir as responsabilidades no Estado e avançar no planejamento para os próximos 10 anos. Mencionou o sucesso das 172 inscrições registradas por Feliciano, afirmando que a participação da classe artística é fundamental. Na sequência, ele abordou a pauta da PNAB, ressaltando a importância do Conselho como uma bússola para as decisões governamentais, uma vez que seus membros são artistas e representavam a classe cultural. Rafael criticou a decisão do governo de prorrogar prazos, afirmando que isso foi visto como uma decisão de cima para baixo e prejudicial para quem cumpre os

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

prazos estabelecidos. Ele expressou frustração em relação a aproveitadores que se beneficiam dessas prorrogações, além de destacar a preocupação com o impacto nas datas de pagamento, especialmente para artistas que dependem do dinheiro para a realização de eventos como o carnaval. Por fim, ele levantou a questão da autodeclaração de residência, sugerindo que não desclassificasse projetos apenas por erros nesse aspecto e pediu que houvesse uma revisão das regras para facilitar a inclusão de artistas. Ele concluiu solicitando que o governo respondesse aos pontos levantados.

Yasmim Neves explicou que, no contexto da autodeclaração, é necessário entender que o Ministério estabelece as regras, e os estados e municípios apenas se adaptam a essas diretrizes. Alguns podem ter regulamentações próprias, mas ainda assim precisam seguir o que o Ministério determina. No caso de Pernambuco, o Estado seguia exatamente o que o Ministério indicava, sem excluir a possibilidade de autodeclaração, com o entendimento de que permitiria o acesso aos recursos por parte dos grupos ou artistas, evitando que ficassem impedidos por falta de documentação. Ela ressaltou que, no âmbito da cultura popular, era comum que artistas não tivessem toda a documentação em ordem. Como produtora e agente cultural, conhecia essas dificuldades e sabia que muitas vezes uma pessoa poderia ter o RG, mas não o título de eleitor, e precisaria correr atrás desses documentos. Por isso, o Ministério permitia a autodeclaração para substituir a documentação faltante. Além disso, esclareceu que os proponentes não seriam desclassificados por apresentar um comprovante de residência desatualizado ou com declaração anexa. A desclassificação ocorreria em casos de erros específicos, como envio de documentos incorretos, declarações sem assinatura, ou informações de outra pessoa. Se algum documento solicitado estivesse ilegível, o Ministério ainda exigia que fossem abertos três dias úteis para recurso, possibilitando a explicação ou correção por parte do proponente.

Rafael Farias destacou que, quando o proponente precisava explicar alguma questão em três dias, ele acabava sendo aceito de qualquer forma, pois, mesmo estando com documentos ilegíveis, o recurso seria aberto e aceito. O problema, segundo ele, não era apenas a falta de documentação, mas o fato de que o processo se tornava confuso. Ele exemplificou com a situação em que era necessário reenviar o projeto e, em algum momento, utilizava-se um comprovante de residência de outra pessoa, gerando mais problemas. Ele observou que o prazo mudava constantemente, e os erros e exigências adicionais, como limite de caracteres ou documentos anexados incorretamente, penalizavam o produtor cultural duas vezes: a primeira, por exceder o limite de caracteres, e a segunda, por ter anexado um documento incorreto. Essas constantes mudanças e correções acabavam prejudicando o processo.

Yasmim Neves destacou que a falta de anexação de documentos essenciais, como RG, poderia resultar na inabilitação de uma inscrição, pois a ausência desses documentos impedia a avaliação adequada. Explicou que, em casos onde o documento estivesse ilegível, o proponente teria três dias úteis para corrigir o problema, conforme exigido pelo regulamento do Ministério. Ela enfatizou a importância de seguir as regras, mesmo que discordasse de algumas delas. Relatou situações comuns de erros durante o processo de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

inscrição, como o preenchimento incorreto de dados ou a anexação de documentos inadequados. Esses erros geravam dificuldades para a equipe, que precisava revisar e corrigir informações, prejudicando a automatização do processo. Além disso, citou casos em que a falta de atenção dos proponentes causava atrasos e complicações adicionais. Yasmim também abordou a questão das prorrogações, justificando-as pela necessidade de alcançar a quantidade mínima de contemplados em alguns editais. Explicou que, em certos casos, era necessário republicar editais devido a erros da própria equipe, mas garantiu que as inscrições enviadas anteriormente eram preservadas. Ela ressaltou que todas as decisões eram tomadas com base na orientação da Procuradoria Geral do Estado e em conformidade com os princípios administrativos, visando garantir a justiça e igualdade de oportunidades para todos os participantes. **Rafael Farias** apontou que o problema ocorreu quando houve uma mudança no edital durante o processo. Inicialmente, o limite era de mil caracteres, e ele defendeu que deveria ter permanecido assim, pois essa alteração não estava prevista no corpo do edital. **Yasmim Neves** explicou que o erro foi interno e ocorreu após a solicitação, durante as consultas e lives, de aumentar o limite de caracteres no edital de Multilinguagem. A equipe alterou o limite no Mapa Cultural para atender a essa demanda, embora ela reconhecesse que isso poderia trazer problemas. Como responsável pela área cultural da Secult, buscou garantir que as decisões fossem regulares e lineares, consultando os órgãos competentes para seguir as diretrizes. Ela esclareceu que, ao enviar a proposta, os agentes poderiam visualizar o rascunho e, se desejassem, alterar a justificativa e reenviar o projeto. Caso quisessem desistir, essa opção também estaria disponível. Assumiu a responsabilidade pelo erro e destacou que a equipe estava disposta a ouvir e dialogar. Adicionalmente, explicou que foram acrescentados quatro dias à prorrogação inicial dos editais de bolsas e premiação. Diante das dificuldades com os editais de TECs, a equipe alinhou prazos com o Ministério da Fazenda para garantir a execução e o empenho de todos. Implementaram um processo de validação diária dos pagamentos, agilizando os procedimentos com o Banco do Brasil. Yasmim reforçou o compromisso em melhorar continuamente e garantir a responsabilidade na execução das ações. **Rafael Farias** pediu desculpas à sociedade civil e se comprometeu a otimizar as respostas, buscando esclarecimentos adicionais. Rafael também garantiu que as respostas seriam publicadas na página oficial do Instagram, com a ajuda de Alexandre Melo, para assegurar que as questões da sociedade civil fossem respondidas no canal oficial. Ele destacou a intenção de passar a palavra para os conselheiros, alternando entre presencial e on-line. **Yasmim Neves** explicou que a Secretaria elaborou um roteiro de análise, abrangendo tanto a análise documental quanto a de mérito, e que, antes do início do processo, a equipe reuniu os responsáveis pelas avaliações para apresentar o roteiro com base nas diretrizes do edital. Os avaliadores receberam treinamentos específicos para as duas modalidades de análise. Ela reconheceu que, embora os pareceristas fossem orientados pela Secretaria, alguns não seguiam as instruções corretamente, o que já havia ocorrido na Lei Paulo Gustavo e

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

pode ocorrer novamente. Nesses casos, solicitavam a revisão do trabalho. Além disso, informou que todos os documentos necessários, incluindo o roteiro, uma cópia do edital e as inscrições a serem avaliadas, eram enviados por e-mail aos pareceristas para garantir a consistência do processo. **Wagner Egito** agradeceu a presença dos representantes da Secult na reunião e destacou que esse encontro teria sido mais proveitoso se realizado antes do lançamento dos editais, quando o Conselho poderia ter debatido as questões em discussão. Lamentou que a reunião ocorresse apenas para esclarecer pontos que não atenderam plenamente às expectativas, sugerindo que agora, com os editais já prontos, o impacto seria limitado. Ele fez um balanço do mandato atual do Conselho, ressaltando que, embora houvesse membros comprometidos e ligados à cultura, a experiência desde o mandato anterior indicava que o Conselho não estava sendo devidamente considerado nas ações. Mencionou episódios problemáticos, como a saída do ex-presidente e Secretário de Cultura, Silvério Pessoa, a destituição inesperada de conselheiros durante reuniões, e a suspensão das atividades do Conselho por quatro meses devido a uma crise que, segundo ele, não foi bem administrada pela gestão. Criticou a condução de projetos, como o "Pernambuco Meu País", que não foi submetido ao Conselho, e a prorrogação dos editais sem consulta prévia. Além disso, mencionou a antecipação do ciclo junino sem debate, contrariando uma tradição de décadas em que o lançamento era feito antes do São João. Por fim, lamentou que o Conselho, formado por fazedores de cultura, estivesse sendo impedido de contribuir e fiscalizar de maneira efetiva, sentindo-se frustrado pela falta de espaço para cumprir suas atribuições. **Marcelo de Ogum** criticou o funcionamento do Mapa Cultural, afirmando que, em gestões anteriores, o processo de entrega de editais era realizado pessoalmente na Fundarpe, com a opção de entrega em envelope ou por Sedex. Ele apontou que o Mapa Cultural, que deveria facilitar o acesso, frequentemente apresentava falhas, como travamentos, quando muitos usuários tentavam acessar simultaneamente. Essa situação não era nova e já havia ocorrido em gestões anteriores. Ele mencionou problemas na Prefeitura do Recife, que também enfrentou dificuldades semelhantes. Destacou que o carnaval só ocorreria devido à aprovação da PNAB, ressaltando a importância do orçamento do Estado para os fazedores de cultura. Explicou seu receio em relação aos pareceristas, mencionando experiências negativas em eventos anteriores, como a LPG, onde encontrou currículos falsos. Assumiu a responsabilidade de fiscalizar o processo, mas expressou preocupação com a qualidade da análise dos projetos, já que muitos pareceristas não eram da classe cultural e não acompanhavam os projetos adequadamente. Marcelo enfatizou a necessidade de definir a responsabilidade dos agentes culturais e coletivos, bem como a importância da presença de atendimento físico para a entrega de editais. Ele também criticou a ausência de assinaturas de termos de execução cultural, ressaltando a importância de uma definição clara do currículo cultural dos agentes. **Yasmim Neves** defendeu o funcionamento do Mapa Cultural, esclarecendo que a plataforma, atualmente, opera de maneira eficiente, com uma equipe alinhada e suporte da Hacklab, a empresa

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

responsável por seu desenvolvimento. Ela mencionou que Pernambuco é elogiado pelo Ministério da Cultura por ter uma plataforma mais assertiva em comparação com outras. Reconheceu que, no passado, houve problemas, mas afirmou que a equipe da Secretaria de Cultura (Secult), monitora as inscrições em tempo real, realizando um acompanhamento rigoroso, com relatórios sobre a estabilidade do sistema. Yasmim relatou que, em um incidente específico, o Mapa ficou fora do ar por quatro horas e meia, mas a equipe estendeu o prazo de inscrições em cinco horas. Durante o período da PNAB, o sistema teve uma queda de apenas seis minutos, rapidamente resolvida com a ajuda da equipe de TI. Ela assegurou que a plataforma é segura e transparente, com um atendimento ágil, contabilizando 1.300 atendimentos e 240 e-mails respondidos desde o início das inscrições. Ela também informou que o atendimento presencial está disponível, e que a equipe se esforça para atender as dúvidas dos usuários, mesmo para aqueles que vêm de outras localidades. Yasmim destacou que todos os pareceristas passaram por um processo de credenciamento para garantir sua competência e que ações seriam tomadas contra aqueles que não cumprissem os requisitos técnicos. Ela enfatizou a importância da fiscalização, ressaltando que essa responsabilidade deve ser compartilhada entre a Secult, o Conselho e a sociedade. Yasmim abordou a questão sobre a definição do agente e do currículo, esclarecendo que, ao representar um grupo ou uma instituição jurídica sem constituição, a representação não se referia a ela, mas ao coletivo que estava sendo representado. Ela enfatizou que, ao falar sobre a representação, o foco deveria ser o grupo ou a entidade, e não a pessoa individualmente. Yasmim destacou que, para que alguém pudesse representar o coletivo, era necessário apresentar a declaração do grupo e a assinatura de eventos que comprovassem essa representação, ressaltando que a importância estava no brinquedo, na banda ou no território, e não na figura individual de quem representava. **Rafael Farias** explicou que, assim como ocorre com as pessoas jurídicas, que necessitam de uma pessoa física para representação, os editais pediam a documentação tanto do coletivo quanto do CPF do representante. Ele destacou que, para esses editais, havia dois campos específicos para anexar o currículo da pessoa e o currículo do agente coletivo. **Yasmim Neves** trouxe uma informação importante sobre a utilização do cartão do CNPJ como comprovante de residência. Ela explicou que esse cartão é um documento jurídico que serve apenas para identificar a empresa, mas não comprovava que ela estava em funcionamento. Para esse fim, era necessário apresentar um comprovante de residência, pois um documento não substitui o outro. **Rafael Farias** expressou seu entendimento sobre o Mapa Cultural, afirmando que discorda das críticas feitas ao seu funcionamento. Ele destacou que a ferramenta é importante e eficaz, contribuindo significativamente para o processo de envio de projetos e o mapeamento dos artistas. Embora tenha reconhecido que o Mapa ficou fora do ar por quatro horas, ele considerou que esses problemas foram resolvidos. Farias ressaltou que o Mapa não apenas facilitava o pedido de fomento, mas também ajudava a identificar os artistas, tornando-se uma ferramenta vital, talvez até mais importante que outras iniciativas. Em relação à fiscalização, ele enfatizou a necessidade

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

de agir com cautela, especialmente no que diz respeito às artes visuais, que são subjetivas. Ele questionou como poderia avaliar o trabalho de um artista visual, mencionando que as prisões e as linguagens artísticas variam muito. Farias então passou a palavra para a companheira Cleonice. **Cleonice Maria** fez uma crítica ao presidente, ressaltando a importância de contribuir para o avanço das discussões e pedindo que as falas fossem mais breves para não atrasar o horário da reunião. Ela afirmou que não era contra as intervenções, mas queria enfatizar a necessidade de otimizar o tempo. Cleonice reconheceu que o Mapa Cultural funcionava bem na região de Serra Talhada, facilitando o envio de projetos e o esclarecimento de dúvidas. No entanto, ela destacou problemas relacionados ao atraso no lançamento do edital, que prejudicou o movimento cultural em Pernambuco, especialmente em relação ao programa "Pernambuco Meu País". Cleonice pediu coragem para reconhecer as falhas do governo em frente a todos, expressando seu respeito por Yasmim Neves e Ana Paula Jardim. Ela também questionou a situação dos pontos de cultura, ressaltando a dificuldade de coletivos sem CNPJ para acessar recursos estaduais e sugerindo que houvesse uma linha de premiação para esses grupos. Além disso, Cleonice criticou a complexidade dos formulários de inscrição para os Pontos e Pontões de Cultura, afirmando que muitos estavam enfrentando dificuldades para completar seus projetos. Embora Yasmim tivesse se comprometido a oferecer capacitação, Cleonice enfatizou que isso não seria suficiente sem uma compreensão clara dos editais. **Yasmim Neves** explicou que o edital de Pontos e Pontões foi direcionado pelo ministério, e apenas algumas recomendações foram numeradas, sem possibilidade de alteração no conteúdo. Ela mencionou que fez anotações para verificar a viabilidade de incluir premiações. Em relação ao programa "Pernambuco Meu País", Yasmim não acreditou que houvesse um impacto direto, pois a equipe responsável pelos editais não estava envolvida no programa. Ela destacou que, embora houvesse um discurso sobre atrasos, muitos estados ainda não haviam lançado seus editais, e o cenário cultural era desafiador, mas havia avanços significativos. Yasmim também comentou sobre a busca ativa, que não era uma exigência obrigatória, mas a Secretaria havia realizado três processos sem sucesso na contratação de uma empresa para executá-la. Ela afirmou que a busca ativa seria retomada no próximo ano, com a intenção de incluir mais municípios. Yasmim anunciou que a equipe do Cultura Viva começaria a trabalhar em Igarassu, colaborando no Censo e ajudando a realizar cadastros. Ela concluiu afirmando que o trabalho seria gradual, como um esforço contínuo e progressivo. **Wilyssys Wolfgang** enfatizou a importância da presença de Yasmim e Ana Paula, destacando a necessidade de estabelecer uma relação de comunicação para compartilhar informações. Ele discordou fortemente da ideia de que o Conselho não tem importância, afirmando que seu tempo como pessoa física é valioso e que acredita na construção conjunta com a gestão. Wolfgang reconheceu avanços, como a redução da burocracia e a regionalização nos editais, além de melhorias no Mapa Cultural. Ele questionou como funcionaria a fiscalização do comprovante de residência, ressaltando que o CNPJ não é suficiente, já que uma pessoa pode ter um CNPJ em uma

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

localidade e residir em outra. Wolfgang também destacou a importância de não ter medo de lançar editais, mesmo que com erros, para garantir um acompanhamento efetivo do processo. Em relação ao cronograma extenso e às prorrogações, ele concordou que isso poderia favorecer pessoas de fora em detrimento dos artistas locais. Por fim, Wolfgang questionou sobre a adesão aos editais que já haviam sido fechados, buscando entender como foi a participação nos editais em andamento. **Pablo Dantas**, suplente do conselheiro Maestro Adailton, fez uma reflexão sobre o Mapa Cultural, elogiando sua melhoria significativa em relação ao passado. Ele destacou, porém, a burocracia excessiva do edital dos Pontos e Pontões de Cultura, que, segundo ele, tornava o processo desnecessariamente complicado, especialmente para os Pontões, que requerem CNPJ e maior tempo de atuação. Dantas mencionou que o edital da PNAB permitia certificar instituições e coletivos sem CNPJ, ressaltando a importância disso para cidades pequenas, como Machados, Lagoa de Itaenga, Ferreiros e Limoeiro, onde várias certificações estavam sendo realizadas. Ele expressou sua surpresa e preocupação com a elevada burocratização imposta pelo edital do Estado de Pernambuco, considerando-a cruel e desproporcional. Dantas concluiu pedindo sensibilidade da Secretaria em relação a essa questão, enfatizando a necessidade de uma revisão do processo, caso houvesse tempo hábil para isso. **Rafael Farias** agradeceu ao novo participante, destacando a importância da presença dele nas reuniões e o valor das contribuições dos representantes do interior. Ele expressou satisfação em conhecer o novo membro e o convidou a ser mais ativo nas discussões do Conselho. Em seguida, passou a palavra para Marcelo de Ogum. **Marcelo de Ogum** comentou sobre a situação do Conselho, afirmando que não se estava atrasado, mas que havia dois caminhos a seguir: a sociedade civil e a gestão. Ele pediu ao presidente e aos altos escalões do governo que incluíssem a sociedade civil em decisões importantes, já que o Conselho deveria ser unificado. Marcelo reconheceu que o Conselho havia passado quase um ano discutindo um único assunto e enfatizou a necessidade de o governo avançar com os editais. Ele parabenizou a gestão pelo programa "Pernambuco Meu País", que ampliou as oportunidades. Além disso, destacou a importância da boa comunicação entre a gestão e a sociedade civil, criticando comportamentos desrespeitosos do passado. Marcelo concluiu reafirmando que o Conselho deve ser um só. **Ana Paula Jardim** complementou que foi realizado um convite a todos os membros do Conselho após a busca ativa, para que participassem da escolha dos temas dos editais. No entanto, ninguém compareceu ao evento, apesar de todos terem sido convidados a estarem presentes junto aos coordenadores e assistentes da Secretaria de Cultura. **Rafael Farias** discordou ao afirmar que a questão discutida foi uma pauta do Conselho, ressaltando que isso foi votado durante a gestão da companheira Yasmim. Ele lembrou que, na ocasião, expressou que não iria colocar o projeto e se dispôs a participar da discussão, mas o Conselho decidiu que não deveria haver a participação da Comissão de Editais, que naquele momento não estava funcionando. Assim, ele reconheceu que isso representou uma falha do Conselho. **Amanda Carneiro** leu uma dúvida de Willyssys

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

sobre a fiscalização relacionada ao CNPJ e à pessoa física. Ele questionou a apresentação de um CNPJ registrado em Pernambuco por alguém que, muitas vezes, não reside no estado. Assim, Amanda destacou a importância de efetivar essa fiscalização, especialmente no que diz respeito à análise documental, um ponto que havia sido mencionado anteriormente e que, segundo ela, foi tratado de forma inadequada. **Yasmim Neves** explicou que, na LPG, o cartão CNPJ foi aceito como comprovante de residência. No entanto, ressaltou que isso não comprova, de fato, a residência da empresa. Portanto, é importante que sejam apresentados o cartão CNPJ, o contrato social e um comprovante de endereço, para que fosse possível realizar todas as verificações necessárias. Ela destacou que a empresa precisa demonstrar seu funcionamento em Pernambuco, uma vez que o objetivo é garantir que todos os contemplados estejam de fato localizados no Estado. Yasmim ressaltou que todas as erratas dos cronogramas seriam publicadas no dia seguinte na plataforma. Informou que as bolsas e a premiação continuariam com o mesmo calendário, enquanto o novo calendário da Tecs foi estabelecido por conta da republicação do Cultura Viva, que já estava aprovado. Em relação à pergunta sobre a aceitação de apenas CNPJ sem fins lucrativos e a certificação de coletivos sem constituição jurídica pelo MinC, Yasmim disse que não se lembrava exatamente da situação, mas se comprometeu a verificar e trazer uma devolutiva. Quanto às bolsas e prêmios, as inscrições já haviam sido encerradas, e naquele momento estavam realizando a análise documental. Na semana seguinte, a publicação seria divulgada, com um total de 4.300 inscrições recebidas para as categorias de bolsas e premiação. **Wilyssys Wolfgang** comentou que muitos coletivos foram certificados pelo Ministério da Cultura como Pontos de Cultura, embora não possuíssem constituição jurídica. Esses grupos apresentaram a documentação necessária para comprovar sua atuação. No entanto, o edital em questão não contemplava essa categoria, permitindo apenas CNPJ sem fins lucrativos. Ele sugeriu que a baixa demanda para inscrições se devia à escassez de CNPJs entre os Pontos de Cultura, já que, em sua região e em outras, existem pontos certificados por coletivos. Wilyssys destacou que Rafael e Pablo também haviam mencionado essa questão e sugeriu que fosse lançada uma errata para incluir esses grupos, permitindo que eles participassem do edital de Pontos de Cultura, desde que apresentassem o certificado. Caso não houvesse inscritos suficientes, ele recomendou que o saldo remanescente fosse utilizado para contemplar esses coletivos. **Yasmim Neves** mencionou que não tinha informações precisas sobre o edital de Pontos e Pontões, mas anotou que conversaria com a coordenação do Cultura Viva para trazer uma devolutiva, que seria encaminhada a Amanda para que ela repassasse. Em relação à burocracia e às inscrições, afirmou que a maioria dos documentos exigidos pelo MinC havia sido alterada apenas em alguns pontos. Yasmim também sugeriu que, caso houvesse questões específicas, essas poderiam ser enviadas pelo grupo dos conselhos ou por e-mail. Informou ainda que o atendimento da Cultura Viva, agora sob a responsabilidade de Edvaldo Júnior, poderia ajudar a esclarecer dúvidas. Por fim, Yasmim se

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024

comprometeu a verificar os dois pontos levantados por Wllyssys e fornecer uma devolutiva, já que, naquele momento, não tinha as informações precisas. **Nivaldo Jorge** observou que o Censo Cultural não estava apresentando uma boa adesão e destacou a importância de trazer uma dinâmica para essa questão. Ele enfatizou que o mapeamento, especialmente no que diz respeito ao atestado de residência, seria muito útil para o próximo ano, uma vez que era necessário se inscrever no sistema de indicadores nacionais e culturais. Reconheceu que todos estavam em busca de fomento e recursos, mas afirmou que isso não resolveria a cultura de Pernambuco. Ressaltou a necessidade de realizar o mapeamento para entender a adesão em áreas específicas, como o artesanato, considerando que o censo é o mapeamento cultural do Estado. Concluiu sua fala com agradecimentos, ressaltando que essa era apenas uma observação que desejava fazer. **Rafael Farias** comentou sobre alguns pontos a serem discutidos, como o GT do Regimento Interno, que seriam abordados na próxima reunião extraordinária. Ele se comprometeu a incluir esse tema na pauta e pediu compreensão a todos presentes. Ao encerrar a reunião, destacou a importância de sua posição como presidente do Conselho, reconhecendo que essa era uma missão difícil, especialmente como conselheiro do interior. Ele expressou sua preocupação com os desafios financeiros enfrentados por muitos, mencionando que ninguém havia perguntado como ele chegou ou como ficaria até domingo para participar da reunião. Enfatizou que cada conselheiro deveria assumir sua responsabilidade ao se candidatar, já que não havia compensação financeira pelo trabalho. Justificou seu discurso mais acalorado como resultado do sacrifício pessoal que fazia para estar presente. Pedindo desculpas por sua firmeza, reiterou seu compromisso de continuar defendendo a cultura do Estado e finalizou agradecendo a presença de todos, prometendo continuar sua participação nas reuniões. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Amanda Carneiro (Secretária)

Rafael Farias Almeida (Presidente)

Augusto Ferrer de Castro Melo



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024**

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge Machado

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Ana Paula de Santana



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024**

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Adailton José da Silva

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Filipe Moura

Lucas Fernando Barbosa Correia.

Elimar Pereira da Silva

Gerlane Souza de Lima



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – 16/10/2024**

Dayvton Diego Almeida

Salatíel Magno Siqueira Alves

Pablo Vinícius Dantas Alves

Marcelo Renan Oliveira de Souza

Laura Maria de Melo Sarmento

Francisco de Assis do Nascimento